

Lúcia Maria Paschoal Guimarães
Debaixo da imediata proteção de
Sua Majestade Imperial: o Instituto
Histórico e Geográfico Brasileiro
(1838-1889)

Rio de Janeiro,
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997

O simples fato do livro de Lúcia Maria Paschoal Guimarães (originalmente tese de doutorado em história social na Universidade de São Paulo, tendo como tema o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) ter sido editado pelo próprio IHGB confirma uma das premissas deste trabalho, que aponta a aproximação entre a instituição fundada nos tempos da Regência e os atuais pesquisadores universitários. E que ninguém espere desta publicação uma abordagem panegírica. Trata-se de um estudo crítico e criativo, avesso a ortodoxias, derrubando alguns tabus e contribuindo de maneira original para a compreensão de como foi elaborada a memória nacional no Brasil.

A autora passou quatro anos trabalhando um assunto já visitado por literatos, sociólogos e historiadores. Para tal inspirou-se em autores que marcam a recente renovação dos estudos históricos, sobretudo dentro do campo político e cultural, operando com conceitos (como a distinção entre memória e história de Pierre Nora) e ferramentas (métodos para análise de produção intelectual e de revistas históricas, de Nanci Leonzo, orientadora da tese, e A. Corbin) definidos. Mergulhou com paciência nas fontes produzidas no instituto dentro do

corde cronológico 1838-1889, que cobre da fundação da entidade à queda do Imperador Protetor. A seriedade e sistematização com que analisou os documentos não a impediram de se divertir em vários momentos, nem de passar essa sua sensação ao leitor. O resultado da tese foi o reconhecimento unânime e elogioso da banca paulista, que entronizou a autora no seletto círculo brasileiro de teóricos da História. Para o público, o resultado será a leitura de um livro agradável, fluente e arejado, que supera muitos dos tradicionais cronistas do passado não só pela finura da escrita como pela capacidade de análise e reflexão.

Sem se perder no emaranhado de temas e assuntos que perpassam a produção histórica do IHGB, a autora enfeixou-os em torno do recorte da construção da memória nacional, feita no período estudado sobretudo diante das barbas (atentas) e dos (magnânicos) olhares imperiais. Memória que, na conclusão de Lúcia, se sobrepôs à História em nosso país e cujos traços se fazem sentir ainda fortes na sociedade. Descobrimos ao longo do livro a elaboração paciente da trama desta memória, tecida quase na surdina por nomes hoje anônimos ou esquecidos, como o cônego

Fernandes Pinheiro, Tristão Alencar Araripe, Moreira de Azevedo, sem falar de Joaquim Norberto da Silva e Diogo Bivar, entre outros. De passagem, alguns piparotes questionam a idéia de que Francisco Adolfo Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, fosse reconhecido pelos pares como historiador oficial da entidade e do Império. Mesmo o sempre citado texto de von Martius propondo fórmula para se escrever a História do Brasil também não teve o peso ou influência que comumente se atribui — afirmações da autora baseadas em farta documentação e rigorosa análise.

Sabe-se que toda identidade nacional, ao buscar legitimidade no passado, opera um processo onde entram escolhas. Alguns pontos são escolhidos, privilegiados. Outros, relegados ao "esquecimento", jogados numa lata de lixo que, entretanto, muitas vezes transborda antes que a faxina os tenha recolhido definitivamente. Entre os casos mais gritantes, Lucia Guimarães garimpou o documento sobre a rebelião de 1817 que, comprometendo figuras da época, acabou cuidadosamente guardado nos baús aguardando que os envolvidos fossem chamados ao Tribunal da Posteridade, o que já ocorreu há muito tempo, embora, ao que parece, tal baú não tenha sido aberto.

Assim, evidencia-se no trabalho como a nação brasileira pós-independência, através deste vasto grupo de intelectuais oficiais e oficiosos, valorizou a herança portuguesa, evitando rupturas culturais com a Pátria Mãe, chegou mesmo a buscar a origem dos povos brasileiros num lendário povoamento viking perdido nas

florestas tropicais, mas sobretudo deixou de lado a presença dos índios e dos negros escravos. Estes são lembrados quando se exalta o combate contra o Quilombo dos Palmares, os indígenas merecem estudos de caráter etnológico (línguas, costumes) ou planos de catequeses, mas não aparecem como sujeitos históricos, a não ser nos casos em que secundaram a ação dos colonizadores.

Dentro do campo de estudo das diferentes formas de sociabilidade, vemos que o instituto aparece como entidade aglutinadora das elites políticas da Corte, papel semelhante ao do Grande Oriente Brasileiro em 1822 e da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em 1831 (esta, aliás, tema de mestrado da autora).

O IHGB, ao escrever história, estava fazendo política. A elite cultural destas primeiras gerações de historiadores nacionais era uma elite política, ocupando cargos-chaves na administração pública. Este é outro achado no livro de Lúcia Guimarães que, além de dominar o jogo das facções e tendências políticas da Corte, realizou uma biografia coletiva de onde extraiu tal conclusão, acrescentando este dado a outras análises já feitas em torno da instituição. E tal articulação entre cultura e política se dava sob a batuta direta de d. Pedro II que pessoalmente regeu seus pares na tarefa de construir sua própria imagem de sábio, literato, amante e protetor das letras. Ao apagar das luzes do Império, d. Pedro II seria, paradoxalmente, consagrado como Imperador Filósofo, saindo da História para entrar na memória nacional.

Marco Morel